

Administração Pública

O uso de indicadores abstratos em pesquisas: um estudo sobre o orçamento público na área da saúde no Brasil.

Otávio Ribeiro - Discente do 7º período de Administração Pública, Departamento de Administração Pública, UFLA. Contato: otavio.ribeiro1@estudante.ufla.br

Marcos de Oliveira Garcias - Professor adjunto do Departamento de Administração Pública, UFLA. Contato: marcos.garcias@ufla.br - Orientador(a)

Denis Renato de Oliveira - Coorientador - Professor associado do Departamento de Administração Pública, UFLA. Contato: denis.oliveira@ufla.br

Rayra Paula Antônio de Assis - Discente do 4º módulo de Administração Pública, Departamento de Administração Pública, UFLA, bolsista PIBEC/UFLA.

Juylia Natalia Cordeiro dos Reis - Discente do 7º período de Administração Pública, Departamento de Administração Pública, UFLA.

Júlia Gabriele Moacir Borges - Discente do 7º período de Administração Pública, Departamento de Administração Pública, UFLA.

Resumo

Indicadores são elementos que orientam possíveis tomadas de decisões, com maior nível de segura e assertividade. Neste estudo, esses indicadores foram construídos através de dados secundários do orçamento público destinado a área da saúde. O orçamento público pode ser utilizado como mecanismo de compreensão do planejamento e execução de todos os recursos públicos arrecadados pelo governo, sendo nesse estudo avaliado os recursos destinados a área da saúde. O objetivo deste estudo foi analisar a suficiência do orçamento destinado à saúde, com ênfase na dotação atualizada, para o atendimento às demandas da população, tendo em vista a defasagem dos valores distribuídos entre o período de 2013 a 2022. Para alcançar o objetivo desta pesquisa foram utilizados os dados secundários do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS); Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS); e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Como resultado, identificou-se uma variação não proporcional entre o crescimento populacional e o orçamento público no período analisado. O crescimento populacional no período de 2013 a 2022 não foi acompanhado por um aumento do orçamento público destinado à saúde, ao contrário, notou-se uma redução dos gastos per capita. Esse cenário possibilita o desenvolvimento de hipótese sobre a redução na qualidade dos serviços de saúde ofertados para a população, considerando a necessidade orçamentária para atendimento e/ou melhoria e/ou atendimento na oferta de serviços de saúde prestado a população brasileira. Nos estudos realizados sobre a dotação atualizada para os municípios do Estado de Minas Gerais no ano de 2015, notou-se um valor máximo e mínimo per capita de, respectivamente, R\$ R\$ 3.344,70 e R\$ R\$ 346,06. A maior alocação per capita está localizada na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, local que possui renda média per capita de R\$ 1.105,96 segundo dados do SIDRA. Enquanto a menor alocação se encontra na mesorregião do Vale do Rio Doce, que possui renda média per capita de apenas R\$ 643,20. Sendo assim, verificou-se a possível influência da mesorregião na destinação do orçamento público, notando-se um cenário alarmante para o Estado de Minas Gerais, ao observar que a população mais pobre são os que recebem menos recebem recurso público para a promoção de cuidados de sua saúde. Dessa forma, possibilitando a continuidade das múltiplas formas da continuidade das desigualdades sociais no território brasileiro.

Palavras-Chave: Orçamento Público, Saúde, Indicadores.
Instituição de Fomento: PIBEC/UFLA.

Sessão: 6

Número pôster: 8

Identificador deste resumo: 5221-19-5138

novembro de 2025

Link do pitch: <https://youtu.be/jy-u4OX853Q?si=eIDTSkZf1F09JpPj>